



31926722



08001.000984/2025-97



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Gabinete do Ministro
Assessoria de Comunicação Social - GM

NOTA TÉCNICA Nº 4/2025/ASCOM/GM/MJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08001.000984/2025-97

INTERESSADO: ASCOM/GM

1. RESPOSTA AO DESPACHO 125 (SEI Nº [31915324](#)) - ANÁLISE QUANTO À PROPOSTA COMERCIAL E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO ([31919794](#))

1.1. Sem ressalvas quanto à proposta apresentada, que atende ao exigido no Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90005/2025 ([31872072](#)).

2. RESPOSTA AO DESPACHO 125 (SEI Nº [31915324](#)) - ANÁLISE QUANTO À HABILITAÇÃO TÉCNICA ([31919985](#))

2.1. Não foi identificada declaração que atenda aos itens 8.34 e/ou 8.35 do Termo de Referência (TR):

8.34. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.35. Essa declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

2.2. Prosseguindo, o contrato social da empresa (página 4, Cláusula II) traz as seguintes atividades:

Atividades de cobranças Extrajudiciais e de Informações cadastrais, Serviços de malote não realizados pelo correio nacional, Instalação de peças e acessórios para eletrodomésticos, Instalação e montagem executada por unidade especializada de máquina e equipamentos para uso geral, serviços de montagem de móveis de qualquer material, consultoria em publicidade, promoção de vendas, marketing direto e outras atividades de publicidades, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, Serviços gráficos, consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento de sistemas e programas para computadores customizáveis, serviços de apoio administrativos, assessoria e consultoria na área de gestão empresarial, atividades de cinema e propaganda, mixagem de sons e organização de festas e eventos;

2.3. Já o item 8.36.2 do Termo de Referência traz a seguinte exigência:

8.36.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

2.4. Em análise mais pormenorizada das atividades da empresa frente ao objeto da contratação (serviços de *clipping*), **conclui-se pelo não atendimento do item 8.36.2 do TR.** Atividades de cobranças extrajudiciais e de informações cadastrais, serviços de malote não realizados pelo correio nacional, instalação de peças e acessórios para eletrodomésticos, montagem de móveis, montagem de máquinas e equipamentos, serviços gráficos, atividades de cinema e propaganda, mixagem de sons e organização de festas e eventos e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial **não têm qualquer relação com *clipping* (coleta e análise de notícias).** Consultoria em publicidade, promoção de vendas, *marketing* direto e outras atividades de publicidades **são promocionais, e fogem à essência informativa do *clipping*.** Sobre consultoria em TI, desenvolvimento de sistemas e programas customizáveis, **mesmo que a empresa desenvolva *software* para *clipping*, o que não pode ser extraído da descrição da atividade, esta não é a essência do serviço desejado.** Já serviços de apoio administrativos, bem como assessoria e consultoria na área de gestão empresarial, **são atividades genéricas, sendo o *clipping* um serviço bem específico.**

- 2.5. Considerando a análise realizada no item anterior desta Nota Técnica (NT), conclui-se que **qualquer atestado que a empresa apresente, mesmo contemplando o serviço almejado, não atenderia ao item 8.36.2 do Termo de Referência**. De todo modo, procederemos à avaliação da documentação técnica apresentada.
- 2.6. Inicialmente, destacamos que **o atestado de capacidade técnica apresentado na página 11 é insuficiente para comprovar o atendimento ao item 8.36.1.1 do TR (caput, alínea "b" e alínea "c")**: prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses de prestação de serviço de *clipping*, realização de análises mensais de desempenho do Contratante na mídia e disponibilização de sistema para guarda/busca das notícias clipadas.
- 2.7. Já **o atestado de capacidade técnica apresentado nas páginas 12 e 13 faz referência a serviço totalmente diverso**, não podendo sequer ser considerado.
- 2.8. **O atestado de capacidade técnica apresentado na página 23, por sua vez, também é insuficiente para comprovar o atendimento ao item 8.36.1.1 do TR (caput, alínea "a", alínea "b" e alínea "c")**: prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses de prestação de serviço de *clipping*, envio diário de boletins ao Contratante, com as respectivas análises críticas, realização de análises mensais de desempenho do Contratante na mídia e disponibilização de sistema para guarda/busca das notícias clipadas.
- 2.9. Nota-se, ainda, que nas páginas de 28 a 39 e 40 a 47 são apresentados **dois termos de contratos desacompanhados dos respectivos atestados de capacidade técnica**. De toda forma, **não é possível depreender, tão somente das informações constantes nos instrumentos, o atendimento ao item 8.36.1.1 do TR (caput, alínea "a", alínea "b" e alínea "c")**: prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses de prestação de serviço de *clipping*, envio diário de boletins ao Contratante, com as respectivas análises críticas, realização de análises mensais de desempenho do Contratante na mídia e disponibilização de sistema para guarda/busca das notícias clipadas.
- 2.10. Na página 48 é apresentado **extrato de contrato da empresa com este MJSP, desacompanhado do respectivo atestado de capacidade técnica**. De toda forma, com base nas informações da contratação vigente, não resta atendido o item 8.36.1.1 do TR (*caput* e alínea "b"): prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses de prestação de serviço de *clipping* e realização de análises mensais de desempenho do Contratante na mídia.
- 2.11. Ante todo o exposto, **conclui-se pela inabilitação técnica da empresa**, com fulcro nos itens 2.4 e 2.5 desta NT, ou, pelo menos, pela **realização de diligência para a apresentação de documentação complementar**, com fulcro nos itens 2.6 a 2.9 desta NT, **desde que a empresa venha a comprovar, também em sede de diligência, o atendimento ao item 8.36.2 do TR**. Reforce-se, ainda, a ausência da declaração exigida nos itens 8.34 e 8.35 do TR.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Mary Almeida Soares, Coordenador(a) Institucional**, em 10/06/2025, às 16:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31926722** e o código CRC **83C1F293**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.